

Realidade Brasileira

Publicado o Guia Orientativo Para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado da Proteção de Dados

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou no dia 28 de maio o Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado...

Especificamente sobre os controladores, a ANPD esclarece que não são controladoras as pessoas naturais que atuam como profissionais subordinados a uma pessoa jurídica...

Por fim, em relação ao encarregado, é recomendado pela ANPD que a sua designação seja feita por ato formal de tratamento...



Aberta Consulta Pública sobre a Norma de Fiscalização da ANPD

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou no dia 28 de maio abertura de consulta pública sobre minuta de resolução...

A mencionada resolução dispõe sobre os mecanismos de fiscalização, como atividades de monitoramento, orientação e atuação preventiva...

No que diz respeito ao processo administrativo sancionador, este será composto por quatro fases: instauração, instrução decisiva, e recurso...

Por fim, se aprovada a resolução, terá sua vigência iniciada a partir da data de sua publicação, salvo as disposições referentes à atividade de fiscalização...

ANPD divulga listas triplíce para a composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados

Em 03 de maio de 2021, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou a deliberação do seu Conselho Diretor...

O CNPD é um órgão consultivo da ANPD composto por membros da sociedade e do poder público, conforme previsto do artigo 88-A da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)...

No curso deste processo, a ANPD recebeu 122 candidaturas da sociedade para integrar referida lista triplíce, o que foi dividido em cinco editais temáticos...

A seleção preliminar das candidaturas pelo Conselho Diretor (ANPD) levou em consideração entre outros fatores, a representatividade e a diversidade...

Casa Civil regula a aplicação da Lei de Proteção de Dados no Governo do Distrito Federal

O Decreto nº 42.036/2021, publicado em abril de 2021 pelo governador do Distrito Federal, Ilanê Rocha, regula a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito da Administração Pública Direta...

Além de detalhar as atribuições do Controlador e dos Operadores (sistematizando as previsões expressas sobre o tema), o Decreto também estabelece o dever de indicação de encarregados para a gestão do tratamento de dados pessoais neste contexto...

Resalta-se, ainda, que o Decreto inovou ao atribuir ao Encarregado Governamental o poder de aplicação desta norma, como também de elaborar regulamentação complementar...

Ministério da Economia cria Comitê Estratégico de Privacidade e Proteção de Dados

No início do mês de maio, entrou em vigor a Portaria nº 1.424/2021, emitida pelo ministro da Economia, que institui o Comitê de Privacidade e Proteção de Dados...

Nos termos da Portaria, a principal função do Comitê é formular, aprovar e aplicar as políticas e as diretrizes sobre proteção de dados e privacidade, além de promover iniciativas integradas entre os órgãos da estrutura do próprio Ministério...

Conforme disposto no seu art. 3º, compete ao Comitê ser composto pelo Encarregado de Dados do Poder Executivo e por representantes da Secretaria Executiva, as Secretarias Especiais e a Ouvidoria.

Ministério da Economia publica seu Guia de Framework de Segurança da LGPD

Em 28 de abril de 2021, o Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Governo Digital, publicou o Guia de Framework de Segurança da LGPD em sua plataforma oficial...

Nesse sentido, em sintonia com os objetivos 10 e 11 da Estratégia de Governo Digital, o Ministério se compromete a entregar "marcos" de conformidade com a LGPD com o objetivo de auxiliar os órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISIP) durante o referido processo de adequação...

No Guia de Framework de Segurança, em específico, o Ministério da Economia busca compartilhar e difundir as melhores práticas internacionais em matéria de segurança da informação...

Dessa forma, a partir da apresentação de um conjunto de ações prioritizadas sobre o tema, o Guia estabelece uma relação das melhores práticas para mitigar os riscos mais comuns de ataques...

As diretrizes do Comitê Europeu sobre o tratamento de dados no contexto de veículos conectados

O Comitê Europeu para a Proteção de Dados (EDPB) emitiu as "Diretrizes 01/2020", no dia 9 de março de 2021, sobre o tratamento de dados pessoais no contexto de veículos conectados...

Desse modo, visando a orientar o cumprimento do tratamento de dados pessoais nessas atividades, o EDPB aponta que os riscos, no contexto dos veículos conectados, são mais sensíveis pelo fato de serem questões de segurança de veículos...

Além disso, outros riscos também são apontados pelo EDPB, a ausência de fornecimento de informação adequada sobre o tratamento dos dados que ocorre dentro do veículo...

À fim de mitigar os riscos identificados anteriormente, o EDPB emitiu algumas recomendações a serem seguidas pelos fabricantes de veículos conectados e de equipamentos...

Em relação aos dados de localização, os agentes devem se preocupar com o fato de que tal tipo de dado é particularmente revelador dos hábitos de vida dos titulares...

No que se refere aos dados biométricos utilizados para identificação do titular, para permitir o acesso ao veículo, autenticar o motorista ou permitir o acesso às configurações...

Por fim, ainda quanto aos dados relativos a potenciais infratores, por exemplo de trânsito, o EDPB recomenda o tratamento local desses dados, onde o titular tem pleno controle sobre a atividade...

China aprova novo projeto da Lei de Proteção de Informação Pessoal

O Congresso Nacional chinês divulgou, no início do mês de maio, novo projeto da Lei de Proteção de Informação Pessoal (PIPL), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais...

A primeira grande mudança se refere às obrigações de vigilância sobre as práticas relacionadas a dados pessoais pelas plataformas virtuais usadas por fornecedores de produtos e de serviços...

A segunda novidade são as disposições – mais explícitas que as anteriores – sobre as penalidades pelo fornecimento de dados pessoais a autoridades estrangeiras sem permissão...

Por sua vez, a terceira alteração significativa no projeto se refere ao seu artigo 61, que designa o Departamento de Administração Cibernética chinesa (CAC) como o órgão responsável pelo desenvolvimento de regulamentos e padrões técnicos para a implementação das disposições da PIPL...

Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital

Em 17 de maio, foi publicada a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital. Semelhante ao Marco Civil da Internet, mas mais progressista e abrangente...

Além disso, transfere ao Estado o dever de promover definição e execução de programas de promoção da igualdade de gênero e das condições digitais nas diversas áreas éticas...

Esta garantia ainda "direito à proteção contra a desinformação", que se trata de direito à proteção contra fake news, isto é, qualquer comunicação comprovadamente falsa ou enganosa criada...

No que diz respeito à coleta de dados pessoais, o EDPB garante o direito de acesso eletrônico com o uso de criptografia e outras formas de proteção da identidade e que evitem a violação de dados pessoais...

Além dos direitos citados acima e outros previstos na lei, são assegurados também direito à neutralidade da Internet, direito à identidade e outros direitos pessoais, direito à cibersegurança...

Negado pedido liminar para que a Sersaça divulgue informações sobre vazamento de dados

O juiz José Henrique Pressendo, da 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, negou pedido liminar do Instituto Brasileiro de Defesa da Pessoa Física (IBDFP)...

TJSP aplica LGPD em caso ocorrido antes de sua vigência

Em 16 de abril de 2021, o Juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de São José do Rio Preto do Estado de São Paulo condenou a Sersaça ao pagamento de R\$ 100 mil em danos morais...

A ação judicial foi proposta por consumidor que alegou que, quando seu nome foi incluído no cadastro de inadimplentes, o seu número de telefone também foi divulgado...

Em que pese reconhecer a divulgação contida no art. 7º, inciso X, da LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais para proteção ao crédito, o Juízo entendeu que tal normativa não se aplicaria para a divulgação indevida de números de telefones de consumidores...

Para além da interpretação dos artigos da LGPD a parte autora atendeu por ser aplicável os dispositivos de tal diploma legal para fundamentar a condenação da Sersaça...

Via Quatro é condenada com base na LGPD, mesmo com os fatos tendo ocorrido antes de sua vigência

Juliana da Silva 7ª Vara Cível do foro central de São Paulo julgou parcialmente procedente a ação civil pública ajuizada pelo IDEC para condenar a Concessionária da Linha 4 da Metrô de São Paulo (Via Quatro)...

Dentre os fundamentos que amparam uma sentença, a juíza entendeu por aplicar a LGPD mesmo que os fatos relativos à detecção de imagem em discussão tenham se dado em momento anterior à vigência da lei...

A sentença entendeu ainda pela ausência de provas pela Via Quatro quanto às alegações de inexistência de coleta ou armazenamento de dados pessoais e mera detecção facial para fins estatísticos sem identificação do passageiro...

No convencimento do Juízo houve constatação indevida de imagens dos usuários e reconhecimento de informações como gênero e faixa etária, as quais seriam caracterizadas como dados pessoais sensíveis...

SENACON entende que tem competência para aplicar as sanções previstas no Marco Civil da Internet pela Secretária

Durante o 19º Seminário sobre Relações de Consumo organizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional...

Ministério Público Ministério Público propõe Resolução para implementação da LGPD em seus órgãos

Marcello Weitzel, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNPMP), apresentou durante a 1ª Sessão Ordinária do Conselho Público Relatores de Proteção de Dados Pessoais...

Mais do que meramente normatizar a aplicação da LGPD no Ministério Público, a intenção, segundo apresentou Weitzel, é implantar uma política nacional de proteção de dados pessoais na instituição...

Agente sentida, a proposta de Resolução mencionada os mecanismos de acesso e a Administração Ministerial os meios necessários à consecução da LGPD no âmbito da atividade do Ministério Público e também, no âmbito de sua atividade-meio.

De acordo com o Regimento Interno do CNMP, um conselheiro será designado para relatar a proposta apresentada ao Conselho Público e emitir parecer em até 30 (trinta) dias para o recebimento de eventuais emendas.

Decisões Internacionais Green Pass criticado pela Autoridade Italiana de Proteção de Dados

Recentemente introduzido na Itália com a aprovação do primeiro-ministro italiano, o decreto foi regulamentado com a adoção das restrições de mobilidade de COVID-19...

A Garante entendeu que o decreto não previa uma legal adequada para introduzir e regular o green pass e ainda contava falhas principalmente em relação à falta de avaliação de riscos a direitos fundamentais...

Além disso, não houve identificação do controlador de dados desse tratamento, o que, segundo a Garante, pode afetar diretamente o princípio da transparência...

PROCON-SP manifesta-se sobre a coleta de cookies na internet

Em que pese não haja no Brasil regulamentação específica em relação aos cookies, o Diretor Executivo do PROCON-SP formula em suas redes sociais orientação aos consumidores sobre a prática...

Ele informa que os cookies são "pequenos arquivos enviados por sites" que têm interesse nas informações dos internautas e que ficam armazenados no computador...

No entanto, segundo Capes, essa forma de solicitação de consentimento não estaria em consonância com as regras da LGPD. Nesse sentido, orienta os consumidores a procurarem o PROCON e a ANPD caso se depreham com mensagens desse teor.

Apesar desse entendimento, não há ainda precedentes do Poder Judiciário com enfoque sobre a coleta dos cookies e a necessidade de obtenção de consentimento do usuário nos termos da LGPD.

Assim como o GDPR, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) enquadrada os dados pessoais relacionados à saúde como dados pessoais sensíveis...

Assim como observado em edição anterior do boletim, diversas empresas já foram alvo de multas pela falta de armazenamento adequado de dados pessoais, principalmente pela falta de transparência e informação suficiente aos titulares de dados.

Este Boletim é um informativo da área de Cybersecurity & Data Privacy de TozziniFreire Advogados.

SÓCIAS RESPONSÁVEIS PELO BOLETIM: Marcela Waksman Ejnisman, Patrícia Helena Marta Martins, Carla do Couto Helu Battilana, Bruna Borghi Tomé

Mais informações em: tozzinfreire.com.br/

TOZZINFREIRE ADVOGADOS

Este material não pode ser reproduzido integralmente ou parcialmente sem consentimento e autorização prévios de TozziniFreire Advogados.

